

## O encontro com o *outro* no processo de produção do jornalismo<sup>1</sup>

Priscila Martins Dionízio<sup>2</sup>

**Resumo:** O espaço mediático se constitui como importante esfera de trocas simbólicas e compartilhamento de sentidos na sociedade contemporânea. A atividade jornalística, prática discursiva componente desse espaço, dá a ver os atores sociais e expande os horizontes da realidade nos colocando em contato com diferentes culturas e modos de produção de sentido. No entanto, a singularidade da diferença, muitas vezes, acaba sendo simplificada no processo de tessitura da narrativa jornalística. A relação que o comunicador trava com o real e com a alteridade, para ressignificá-los na esfera do discurso, é reflexão primeira deste estudo. Passamos depois à busca de perspectivas que permitam o desenvolvimento de uma práxis jornalística mais plural, num processo de comunhão comunicativa, exercitando a escuta-aberta da diferença e o diálogo com o *outro*.

**Palavras-chave:** jornalismo; alteridade; conhecimento do *outro*

**Abstract:** Mediatic space constitutes an important place of symbolic exchanges and of sharing meanings in the contemporary society. Journalistic activity, discursive practice that composes this space, brings to light social actors and expands the horizons of reality in putting in contact different cultures and forms of meaning production. However, the uniqueness of difference is often reduced during the production process of a journalistic narrative. The relationship that the journalist develops with the real and difference, to signify them in discourse, is the first reflexion in this essay. Then, we are to seek perspectives that might allow the development of a journalistic *praxis*, in a process of communion through communication, exercising listening to the difference and the open dialogue with others.

**Keywords:** journalism; difference; knowing otherness

A atividade de conhecer através de procedimentos e métodos da ciência acaba por dizer muito do sujeito que empreende a atividade mesma de reflexão. Seu entendimento de mundo, a articulação de suas experiências de vida revestindo a construção do olhar, o corte no real efetuado ao eleger um objeto

---

<sup>1</sup> Apresentado no II Encontro dos PPGs em Comunicação de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Mestranda (PPG em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea / UFMG). Integrante do GRIS, Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade. E-mail: primartinsmr@yahoo.com.br

de estudo, os caminhos metodológicos trilhados, tudo isso dialoga com a porosidade estabelecida pelo sujeito entre seu corpo e o pulsar da vida.

Reconhecer um objeto de estudo em meio às coisas do mundo e trazê-lo à luz de um campo de conhecimento específico nos indaga, primeiramente, que entendimento temos das relações de tal campo com a vida social. No caso da Comunicação, quando reconhecemos um objeto de estudo e delineamos uma pesquisa, damos a ver que dimensões conferimos à comunicação na constituição dos sujeitos e das práticas culturais.

No decurso deste ensaio, procuramos entender a comunicação no terreno da prática, da interação e da ação comum, para, então, darmos a ver o questionamento proposto que é o encontro do comunicador com a alteridade no processo de tessitura da narrativa jornalística.

### **Da visada comunicacional**

Para construir o entendimento da comunicação como processo de ordem da prática e da interação, nos são caras as contribuições de George Herbert Mead que, fundadas numa matriz de pensamento pragmatista, vão de encontro às abordagens do subjetivismo ao pensar a formação do indivíduo e da consciência no seio da experiência social e da comunicação:

Se se pressupõe a existência da mente explicando ou tornando possível o processo social da experiência, a origem das mentes e da interação entre elas se torna um mistério. Mas se, por outro lado, se considera o processo social da experiência como prévio (em sua forma rudimentar) à existência da mente e se explica a origem das mentes em termos da interação entre os indivíduos, nesse processo, não só a origem das mentes, mas também das interações, (...) deixa de parecer misteriosa ou miraculosa. A mente surge (se origina) através da comunicação, por uma conversação de gestos, num processo social ou contexto de experiência (Mead, 1934) [tradução livre]<sup>3</sup>.

Para o autor é, pois, através do processo social da experiência e da interação entre os indivíduos (consigo mesmo e com outrem) que a consciência ganha corpo; e, de uma maneira bastante simplificada, a vida em sociedade só se constitui por meio de atos e trocas possibilitados pela comunicação e organizados pela linguagem:

---

<sup>3</sup> For if you presuppose the existence of mind at the start, as explaining or making possible the social process of experience, then the origin of minds and the interaction among minds become mysteries. But if, on the other hand, you regard the social process of experience as prior (in a rudimentary form) to the existence of mind and explain the origin of minds in terms of the interaction among individuals within that process, then not only the origin of minds, but also the interaction among minds (...) cease to seem mysterious or miraculous. Mind arises through communication by a conversation of gestures in a social process or context of experience-not communication through mind.  
(Mead, 1934: [www.brocku.ca/MeadProject/Mead/pubs2/mindself/Mead\\_1934\\_07.html](http://www.brocku.ca/MeadProject/Mead/pubs2/mindself/Mead_1934_07.html))

(...) os indivíduos se formam, se tornam aptos a viver socialmente interiorizando as respostas comuns da sociedade; a formação de uma sociedade de *selves* significa que seus membros são indivíduos dotados da capacidade de escolha. E é também a comunicação que ajuda explicar suas transformações (França, 2008: 83).

Mead coloca a tessitura da vida em sociedade, do viver comum, marcada pelo ato social. Este seria, pois, a interação de diferentes organismos numa dinâmica de mútua-afetação, circunscrita em uma totalidade. A comunicação viria encarnada no ato social, ajudando a realizá-lo, seria elemento firmador e articulador da vida social e da experiência dos sujeitos em comunidade, além da experiência de conhecer-se a si mesmo. Vera França, numa releitura das contribuições do autor, nos diz que Mead nos ajuda a pensar a natureza mesma da comunicação:

A comunicação é, sobretudo, uma interação, marcada pela reflexividade – em que cada parte atua sobre a outra, e onde passado e futuro são acionados pela ação no presente. A comunicação é da ordem da prática: é uma prática reflexiva (que orienta a si mesma), o que nos situa num terreno do pragmatismo, ou de uma praxiologia da comunicação (Ibid., 2008, p. 89-90).

Pensar a comunicação como ação partilhada que implica a reflexividade e o envolvimento mútuo dos sujeitos nos permite pensar também o lugar da linguagem e da construção de sentido. Numa visada pragmatista, a linguagem assumiria m estatuto constitutivo e a construção do sentido se daria no próprio processo de interação.

Na perspectiva do materialismo histórico, Bakhtin também nos traz o entendimento da enunciação como produto da interação social, construída a partir de situações concretas. É a implicação mútua dos indivíduos envolvidos em relação de dialogicidade que permite o compartilhamento e a formação do sentido, e a comunicação se dá sempre de forma orientada para o *outro*:

(...) toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros (1992: 113).

Para Bakhtin, é no envolvimento dos sujeitos em relação, atravessados também pela situação social, que a expressão se constitui como atividade organizante do sentido.

No intento de querer compreender a linguagem como fator constitutivo do real, para, então, pensar os processos comunicativos, procuramos nos aproximar do movimento feito por Louis Quéré ao pensar a passagem do paradigma informacional da comunicação para uma nova ancoragem, a saber um novo paradigma, a concepção praxiológica da comunicação. De acordo com o autor, a abordagem praxiológica propõe outras formulações de conhecimento,

ação, mundo, sociedade, indivíduo e sociabilidade, opostas às concepções representacionistas (ou epistemológicas):

Ela [a abordagem praxiológica] não trata a objetividade do mundo e a subjetividade dos agentes (isto é, sua interioridade e seu estatuto de sujeito autônomo e responsável) como dados; ela as relaciona a uma “atividade organizante”, mediada simbolicamente, efetuada conjuntamente pelos membros de uma comunidade de linguagem e de ação no quadro da coordenação de suas práticas (1991:06).

Em diálogo com Louis Quéré, pode-se pensar que a linguagem não se relaciona com o mundo em ordens de realidade independentes; a linguagem assume assim uma dimensão expressiva e constitutiva do real. A ação e as interações sociais se firmam como elementos constituintes da vida em sociedade e a constituição dos sujeitos é encarnada na comunicação.

No esforço de empreender uma visada que não extirpe dos processos comunicativos seu caráter processual e sua dinamicidade característica, passemos ao exercício de trabalhar o tema deste ensaio – o encontro com o *outro* no processo de produção do jornalismo – na abordagem praxiológica.

### **Da relação com a diferença e do conhecimento do *outro***

Para trabalharmos as dinâmicas que se desenvolvem entre comunicação e alteridade, partimos por considerar que nossas formas de relação com a diferença têm sua lógica própria desenvolvida no seio da cultura ocidental. Jean Pierre Vernant, em *Mito e Pensamento entre os gregos*, discorre sobre o momento de passagem do mito à razão, com o desenvolvimento da filosofia, a qual trouxe consigo uma outra maneira de *ser* no mundo:

O nascimento da Filosofia aparece, por conseguinte, solidário de duas grandes transformações mentais: um pensamento positivo, excluindo toda forma de sobrenatural e rejeitando a assimilação implícita estabelecida pelo mito entre os fenômenos físicos e agentes divinos, um pensamento abstrato, despojando a realidade dessa força de mudança que lhe conferia o mito, e recusando a antiga imagem da união dos opostos em benefício de uma formulação categórica do princípio da identidade (2002:453).

As raízes da filosofia pensaram a diferença através da identidade, a qual acabou se constituindo como um dos princípios que pavimentou caminhos para o desenvolvimento de modos de relação com o real que definiam o *ser* por meio de sua negação.

O estudioso Cipriano Luckesi, em *Formação do Educador sob uma ótica transdisciplinar*, nos chama a ver que:

O pensamento filosófico, teológico, científico e comum predominante no Ocidente, conseqüentemente em nossas vidas diárias, assim como toda tecnologia ocidental, constitui-se tendo por base esse princípio lógico [o princípio aristotélico da identidade, que, para o autor, abarca os princípios de não-contradição e do terceiro excluído]. Ou

seja, nós aprendemos que uma coisa é isto ou não é isto, não existindo outra possibilidade para ela. (2003: 05).

O autor continua seu argumento refletindo que essa lógica, tão cara ao pensamento ocidental, faz com que teoria (ciência, filosofia, teologia...) e prática (modos de agir) permaneçam no limite das possibilidades do *sim* e do *não*, do *certo* e do *errado*; afinal, das polaridades, *sem possíveis mediações entre elas*; assim como, *sem possibilidades além delas*. Ainda de acordo com o autor, tais princípios lógicos regem nossa ética, nossas relações com as pessoas, colocando barreiras na inclusão/respeito ao diferente, uma vez que a lógica de compreensão das identidades e diferenças, no Ocidente, opera por relações de extremismo e exclusão.

Tzvetan Todorov, no livro *A conquista da América: a questão do outro*, fala sobre a relação com a diferença e o choque de culturas no contexto da colonização espanhola, na América Latina. O autor distingue três eixos nos quais a problemática da alteridade pode ser situada:

Primeiramente, um julgamento de valor (um plano axiológico): o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele, ou, como se dizia na época, me é igual ou me é inferior (pois, evidentemente, na maior parte do tempo, sou bom e tenho autoestima...). Há, em segundo lugar, a ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro (um plano praxiológico): adoto os valores do outro, identifico-me a ele; ou então assimilo o outro, impondo-lhe minha própria imagem; entre a submissão ao outro e a submissão do outro há ainda um terceiro termo que é a neutralidade, ou indiferença. Em terceiro lugar, conheço ou ignoro a identidade do outro (seria o plano epistêmico); aqui não há, evidentemente, nenhum absoluto, mas uma gradação infinita entre os estados de conhecimento inferiores e superiores (1983: 183).

Todorov desenvolve seu pensamento analisando a postura de Colombo e demais colonizadores, religiosos e historiadores frente a um *outro* bem demarcado, o *índio* da Meso-América. Língua e costumes distintos e uma relação de exploração a ser construída, uma relação conflituosa com a alteridade nos planos axiológico, praxiológico e epistêmico, como o autor mesmo classifica. Buscava-se o *outro* já presumindo que ele era inferior e selvagem, o que abria imensa brecha para que o etnocentrismo negasse a cultura indígena. Assim, práticas religiosas eram condenadas, modos de vida eram tidos como primitivos e a própria nudez indígena era enxergada como pecaminosa. Ou seja, o que fosse de encontro aos hábitos do colonizador era censurado e combatido; o que não era admitido em seu quadro cultural, também não o poderia ser no indígena.

Há de se ressaltar, no entanto, que, por vezes, a atitude etnocêntrica não era consciente, apesar de não deixar de ser violenta por isso. Em cartas de correspondência com o reino, há relatos de que os jesuítas, por exemplo, acreditavam levar a salvação àqueles povos, enquanto o colonizador levaria a civilização. Ainda a respeito do encontro com o *outro*-indígena, Roberto Gambini, no livro *Espelho índio: a formação da alma brasileira*, faz uma leitura psicológico-histórica do processo de colonização/exploração

desenvolvido no Brasil e recorre ao conceito junguiano de *projeção* para elucidar a relação com a diferença:

Jung afirma que ‘a projeção é um dos fenômenos psíquicos mais comuns. (...) Tudo o que é inconsciente em nós mesmos, descobrimos no vizinho’. (...) Uma das melhores situações para esse modo de expressão do inconsciente surge quando o homem confronta o desconhecido, seja em outra pessoa, outra cultura, uma idéia diferente, um novo ambiente ou tudo o que ainda está para ser explorado e investigado. Segundo Jung, tudo o que é obscuro – e precisamente por ser obscuro – é um espelho: ‘Tudo o que é desconhecido e vazio está cheio de projeções psicológicas; é como se o próprio pano de fundo do investigador se espelhasse na escuridão. O que ele vê no escuro ou acredita poder ver é principalmente um dado de seu próprio inconsciente que ali se projeta’ (2000:28).

Nesse sentido, podemos perceber como os portugueses projetavam sua própria imagem sobre o desconhecido habitante da uma vez Terra de Santa Cruz. Os próprios jesuítas acreditavam que os índios não concebiam a noção de divindade, que não havia qualquer sentimento de amor e lealdade entre eles, uma vez que os índios só obedeciam a seus instintos e vontades.

Jesuítas e colonizadores já *conheciam* o índio antes mesmo de encontrá-lo. “A imagem por meio da qual [os índios] seriam percebidos sempre existiu na psique do homem civilizado, aguardando apenas o momento certo para ser projetada – o que se deu com a velocidade de uma flecha”. (Ibid., 2000, p. 90). A reação dos índios, ao contrário, Gambini a coloca como um primeiro assombro, pois não tinham nenhuma idéia pré-concebida do homem branco que, de repente, lhes abordava. Dessa forma, seria a experiência o viés ulterior da compreensão indígena, fazendo com que reagissem de acordo com seus padrões instintivos.

Identidades e crenças dissolvidas e assimiladas, numa relação de extremo conflito. Seria, então, encontro com o desconhecido sempre um processo de estranhamento e transposição de expectativas? Para pensar nossas possibilidades de ser com o *outro*, tomemos Gambini mais uma vez:

Se a projeção interfere nos meus atos de cognição e percepção, como conseguirei de fato ver, em sua própria realidade, esse Outro que se coloca diante de mim? Será que só vejo pedaços de mim refletidos nele no momento em que acredito estar vendo sua verdadeira face? Se o Outro e o Mundo não passam de espelhos da minha psique, haverá também um sujeito e uma realidade do outro lado do vidro? (...) A única saída desse emaranhado – ou casulo – seria o autoconhecimento, empreitada sempre longa, dura e dolorosa (Ibid., 2000, p. 29-30).

Somente através do reconhecimento da imagem do *outro* e do estranhamento de nossa própria imagem, podemos fomentar uma primeira via de diálogo, como pares equivalentes em interação. E o permitir-se transitar na realidade do *outro* voltando a si, sentindo-se, de alguma forma, tocado por aquela realidade diversa, exige sim a dura empreitada do autoconhecimento, da comunicação do indivíduo consigo mesmo.

Em se tratando do encontro entre comunicador e alteridade, não é diferente; o (re)conhecimento do *outro* pede ao comunicador um equilíbrio entre proximidade e silenciamento. Ao referir ao silenciamento, que essa postura do comunicador não seja confundida com a neutralidade, ou a imparcialidade. Silenciar-se, aqui, quer dizer reconhecer o *outro* enquanto sujeito que fala de uma posição no mundo diferente da sua (comunicador), reconhecer a não-existência de espaços ou tempos culturais privilegiados (Ambrósio: 1997), tratar a realidade como multireferencial e multidimensional e ainda: não buscar o *outro* através de si mesmo, de inquietações e dúvidas particulares, de seus anseios e expectativas.

Ao falar sobre o diálogo que permite transitar na realidade do *outro* e voltar a si mesmo, estranhando a própria imagem, Edgar Morin (1973) nos permite pensar que, no exercício da atividade jornalística, não estamos lá muito habituados a ouvir, à escuta atenta que permite a comunhão-comunicação, ou, se preferirmos, à afetação mútua no processo de interação. O que, muitas vezes, acabamos por fazer – ainda que de maneira inconsciente – é buscar no *outro* o que a nós interessa, o que à pauta interessa, o que à empresa interessa e não o que *ele* tem a dizer.

Em seu artigo *A História Oral como recurso metodológico na entrevista jornalística*, Marta Maia nos chama a refletir acerca da relação construída entre repórter e fonte, quando a notícia mesmo é concebida como mercadoria:

Se a base da sociedade é a relação mercantil, então o que se observa, muitas vezes, é a transposição desta relação também no processo de transmissão de informações. A fonte passa a ser vista somente como uma mera “passadora” de informações, suficiente para produzir os caracteres necessários de uma pauta já pré-estabelecida (2006:02).

Se na acelerada rotina jornalística o conteúdo da pauta se sobrepõe ao que as fontes têm a dizer, o contato com elas acaba por assumir um caráter estritamente utilitário. Buscam-se somente os resultados que esse contato pode render. Toda a virtualidade potencialmente presente no momento de encontro com o *outro* se perde em função de querer retirar *dele* aquele fragmento que faltava para completar o texto pré-concebido.

Cremilda Medina, em *Entrevista: um diálogo possível*, chama atenção para a ocorrência desta mesma problemática:

Na maior parte das circunstâncias, o jornalista (comunicador) imprime o ritmo da sua pauta e até mesmo preestabelece as respostas: o interlocutor é conduzido a tais resultados. A caricatura deste fato se difunde por aí em entrevistas de televisão, cujo script é pré-montado, ensaiado, ficando pouca margem para o entrevistado decidir qual o rumo de seu pensamento ou se deu comportamento. O que menos interessa é o modo de ser e o modo de dizer daquela pessoa. O que efetivamente interessa é cumprir a pauta que a redação decidiu (2003: 6-7).

No processo de interação que ocorre entre jornalista e fonte, há lugares bem marcados, papéis a serem desempenhados, que compreendem, de certa forma, relações de força – afinal, quem inicialmente conduz a conversa é o

jornalista, é ele quem traz as perguntas, já impregnadas de um possível quadro interpretativo, que pode ou não ser desfeito. Talvez este fato se constitua também em um dos entraves para a construção de *pares* na interação.

Medina fala também da possibilidade de ultrapassagem da dimensão da técnica na entrevista, culminando com a intimidade entre o “eu” e o “tu”:

O desafiador dessa aventura é a inquietude, mantida viva, de ir ao encontro do outro, não tomando o outro como ISTO, objeto a que imprimirei a ferro e fogo, o meu EU. Como diz Martin Bubber, o TU está pleno de mistérios a serem sondados. À medida que EU busco a TI, me projeto por inteiro, me perco e me acho, me revelo ENTRE o EU e o TU. O processo é de aprendizado, educativo: eu, entrevistador, lanço esses desafios para que o outro se revele no plano mais imediato de minha pauta (matéria jornalística presentificada) mas matizado pelo estímulo à abertura, por claro-escuros de sua subjetividade, que não estariam na pauta, mas a enriquecem (1990: 44-45).

Para que seja construída uma relação de comunicação em seu sentido de ação partilhada é preciso permitir-se conhecer o *outro*, transitar em seu universo nos momentos de apuração e produção de uma narrativa para, então, dar a ver àquela realidade livre de reducionismos e julgamentos prévios. Tal empreitada talvez só se faça possível a partir do exercício de uma práxis jornalística que permita um constante questionamento das escolhas narrativas e a escuta-aberta, ou escuta atenta, da diferença na inter-relação estabelecida entre repórter/fonte (comunicador/alteridade).

### **Do processo de produção do jornalismo e do ato de narrar**

Josenildo Luiz Guerra, em seu estudo *O “contrato fiduciário” entre o jornal e o público. Paradoxos da crítica à objetividade*, nos diz que o jornalismo é uma prática discursiva que se propõe a falar de uma realidade intersubjetivamente partilhada, realizando efetivamente a *mediação* de fatos da realidade. Com efeito, a presença cada vez mais massiva dos meios de comunicação em nosso cotidiano faz com que a realidade “intersubjetivamente partilhada” deixe de ser local e passe a ser global.

Nesse sentido, somos lançados a pensar o diálogo da *media* com a vida social e, mais precisamente, considerando o que nos move neste estudo, o lugar ocupado pelas narrativas jornalísticas no cotidiano. Essa é uma problemática tratada pelo estudioso Fernando Resende:

No contexto atual, [as narrativas] têm um papel relevante, primeiro porque nelas são tecidos os saberes acerca do mundo, depois porque, a partir delas, outros saberes são construídos. (...) Vemos a narrativa como uma forma de representação coletiva, como um elemento que cria e recria sociabilidades, como práticas comunicativas sociais que definitivamente contribuem, na sociedade mediatizada, para o alargamento dos horizontes de experiência. E nesse aspecto, é fundamental que as pesquisas no campo do jornalismo estejam também atentas às formas de narrar o mundo. Não exclusivamente ao conteúdo das mensagens que se passa, mas, principalmente, às

dimensões éticas e estéticas que, da perspectiva das mediações reposicionam os campos e os atores sociais, oferecendo a eles possibilidades de existência (2005:03-04).

O autor nos chama a pensar também as maneiras de tecer as narrativas e, com isso, o processo de produção do jornalismo, que condiciona as formas de narrar o mundo à técnica infalível e eficaz da pirâmide invertida, da objetivação do relato, dos manuais de redação, do lugar comum das fontes oficiais, da velocidade que caracteriza o processo de produção e das leis de mercado. A diversidade do mundo, suas incongruências e brechas de inconversibilidade seriam, assim, ameaçadas por narrativas que fazem convergir as diferenças a um mesmo plano real objetivo e de fácil assimilação para difusão em massa

Trabalhem, pois, a relação criada entre comunicador e real, a qual antecede e configura a expressão dos sujeitos na narrativa. Ao adentrarmos essa relação, é necessário esboçar uma breve discussão a respeito dos dois possíveis estatutos conferidos ao jornalismo: o de mediador ou o de construtor do real, como nomeia Josenildo Guerra:

Ao se defender a objetividade, propriedade do discurso de tratar de fatos reais, pressupõe-se que a realidade seja referência para o discurso produzido pelos jornalistas. Assim, se ela é parâmetro para o discurso, a prática jornalística pode ser compreendida como uma mediação entre fatos e pessoas para as quais tenham algum interesse. (...) Nesse sentido, a objetividade é a possibilidade de que tal mediação entre os fatos e o público ocorra, efetivamente. Por outro lado, se a objetividade é questionada, põe-se em xeque a possibilidade da mediação. Ela é recusada porque a realidade é produto humano e o discurso, uma apreensão interessada, por parte de quem o enuncia, de uma realidade. Ao fazê-lo, em vez de se estar reportando fatos reais, está-se construindo fatos que não existem senão pelo modo como o reportante é levado a vê-los, a partir de sua condição no mundo. O fato torna-se realidade construída porque só passa e existir depois de uma apropriação humana que lhe dê significado, como a que ocorre ao se noticiá-lo (1998: 197).

As possibilidades de relação com o real, de acordo com o que preconizam os estatutos da *mediação* e da *construção*, seriam, pois, duas: em se tratando da possibilidade de *mediação*, o comunicador seria capaz de “transportar” a realidade que se “manifesta” para a esfera do discurso jornalístico, representando-a; e, ao que aponta Josenildo Guerra, a objetividade seria o caminho para que a mediação se efetivasse. É como se o real seguisse seu fluxo independente da atividade jornalística, a qual não faz mais que recolocar, transportar, partilhar, evidenciar, duplicar, (re)apresentar esse real na esfera do discurso. Já em se tratando da possibilidade de *construção*, a realidade não é vista como algo dado, que se manifesta, capaz de ser transposta, auferida em sua totalidade; real é tudo aquilo apreendido pelo sujeito que está inserido na dinâmica do mundo; o real, nesse caso, é estritamente relacional e não algo descolado da experiência, da apreensão, da atribuição de sentido.

No que diz respeito à relação com o *outro* na construção da narrativa jornalística, esforço investigativo de nosso estudo, pensemos as implicações

existentes nos dois estatutos conferidos ao jornalismo, o de *mediação* e o de *construção* do real. Se se acolhe a possibilidade de mediar o real, através do relato objetivo, procurando dar a ver os fatos relevantes que se manifestam no cotidiano, desconsidera-se a condição de sujeito de quem tece o relato e, ao mesmo tempo, se estabelece uma relação distante e neutra com o *outro* a ser representado na narrativa, o que, muitas vezes, acaba sendo uma barreira para a compreensão de sua realidade. Acredita-se que o discurso produzido sobre este *outro*, de forma objetiva e, portanto, com base neste distanciamento, é o discurso *verdadeiro* sobre a realidade e não, como se poderia pensar, uma construção ou um ponto de vista sobre esta realidade.

Benjamin já nos alertava que as experiências poderiam se tornar incomunicáveis, pela precarização da faculdade de intercambiá-las, uma vez que a narrativa não provinha mais das experiências do narrador (Benjamin: 1997). À primeira vista, poderíamos mesmo admitir o fim da arte de narrar com a atividade jornalística burguesa ancorada na objetividade, mas há que enxergarmos a questão por outro prisma, até para não cometermos um anacronismo injusto. Há que refletirmos, no entanto, se o estatuto da *mediação* nos permite intercambiar experiências e compartilhar o universo do *outro*, afinal, para *representá-lo* na narrativa jornalística. Fernando Resende coloca mais uma vez que o ato de narrar é uma problemática a ser enfrentada:

Nelas [nas narrativas jornalísticas], a forma autoritária de narrar as histórias mantém-se, e, de certa forma, com muito mais agravantes por apresentar-se velada. Envolto no real e na verdade como referentes, além de trazer a imparcialidade e a objetividade como operadores, o discurso jornalístico tradicional — aquele que é epistemologicamente reconhecido — dispõe de escassos recursos com os quais narrar os fatos do cotidiano. Há, sim, manuais de redação que ditam as normas sobre as quais se deve fundar a narrativa jornalística. E, desse modo, além de legitimar as regras que visam à produção do efeito de verdade, a existência de tais manuais propicia aos jornalistas uma aparente neutralidade (2005: 05).

A crença do próprio jornalista na atividade fiel da *mediação*, da representação, gera outra crença que é a produção de um relato verdadeiro através do ritual da objetividade. Dessa maneira, o recorte dado pela narrativa, a “angulação do fato”, é desprezada pelo próprio narrador. O não-reconhecimento de que a narrativa, dita impessoal, pode ser um ponto de vista gera um efeito de verdade em mão-dupla: crêem nele o jornalista e o interlocutor para o qual o relato é produzido. A postura de neutralidade na apreensão dos fenômenos, aliada à anulação do sujeito que enuncia, ao distanciamento simbólico característico da comunicação mediada e ao efeito de verdade gerado por essa produção ritual de enunciação, não permitem que o interlocutor/receptor conceba mesmo a existência de um narrador; a impessoalidade se constitui, assim, como característica preponderante desse sistema que reduz violentamente as possibilidades de ser do real.

Por outro lado, se tomarmos parte do estatuto de que o jornalismo constrói a realidade através de seu discurso, de que o real é estritamente relacional e que ele (o real) só é dado a ver na medida em que for enunciado por

um terceiro, nos colocaríamos reféns de um construtivismo duro que desconsidera a dimensão transsubjetiva das realidades, a que escapa às nossas representações e possíveis consensos discursivos.

Há que se fazer uma última consideração a respeito das duas proposições para a atividade jornalística: se nos restringirmos aos extremos de mediar ou construir o real, estaremos reproduzindo uma lógica de compreensão própria da cultura ocidental que nos trouxe graves implicações. A começar pelo estatuto da mediação: mediar, representar pressupõe a separação entre realidade sensível e realidade discursiva, afinal a primeira é trazida à presença através da segunda; operamos a cisão entre esses dois universos como a cisão operada entre logos e physis – vivenciada no momento de passagem do mito à razão – a qual separou o uno e o múltiplo, o discurso e a natureza, a mente e o corpo, lançando os pilares de construção da cultura das dualidades. Em se tratando de construir o real, somos arremessados mais uma vez ao “logro” sofista de que a realidade é regida pela palavra e a separação entre natureza e discurso se perpetua, uma vez que o logos se sobrepõe à physis e a linguagem ganha total autonomia.

Se retomarmos a discussão inicial sobre o entendimento da comunicação como da ordem da prática, da ação compartilhada e da interação, na qual a linguagem assume um lugar constitutivo de sentidos, os estatutos de representação ou mesmo de construção do real através do discurso seriam proposições enfraquecidas, uma vez que linguagem (logos) e natureza (physis) caminham juntas; não se separa o real para se dizer dele, nem se edifica o real pela enunciação.

No que diz respeito à problemática da atividade jornalística: é preciso largar a cômoda posição de distanciamento do mundo e, ao mesmo tempo, não nos lançarmos na exagerada indiferenciação simbólica, preconizada por alguns pensadores da (pós)modernidade.

Márcio Tavares D’Amaral pondera sobre a dificuldade e a necessidade de se encontrar um posicionamento fora dos extremos:

Como estamos no domínio da comunicação – de simulações, simulacros e seduções – e queremos lidar *positivamente* com isso que é a nossa matéria, nós não sabemos mais onde nos posicionarmos para sermos sujeitos. Inteiramente dentro do mundo não, porque aí nos dissolvemos na indiferenciação, não fazemos mais diferença com nada. É uma atitude de ceder à entropia, morrer nela, morrer no mundo. Totalmente fora já sabemos que não, porque esse é o lugar da verdade absoluta, objetiva, a que somos capazes de dizer porque é assim mesmo o lugar da *indiferença*. Lugar nenhum, portanto, que seja um lugar certo. Um lugar sim, mas não um lugar determinado. Nesse sentido, o que passa a reger nossas relações com o mundo é o *movimento* que formos capazes de fazer junto com ele, o mundo que é a explosão das diferenças, é a multiplicação das multiplicidades, que não se reduz mais a padrões identitários fixos, leis, essências, normas, nomes. O mundo reivindica um proximidade. Não absoluta, porque nessa nós morremos, mas também não aquela distância absurda que põe o mundo tão longe que dele nós só podemos dizer nomes, não temos mais o cheiro, o sabor, o tato do mundo – o mundo, esse nosso,

pede agora tatilidade. Na medida em que formos capazes de nos movermos com o mundo, de fazer com ele movimento – a isso eu chamaria *comoção* – teríamos não mais um *modelo*, mas um modo de pensar o que é comunicação, que deriva desse contato, dessa porosidade entre o nosso corpo e o mundo. Comunicação como *comoção* – mover-se junto com – é uma maneira de dizer fim ao privilégio do emissor: todos nós somos receptores da multiplicidade que há na *comoção*, em que afetamos o mundo e somos afetados por ele (1993: 79-80).

Ser um sujeito em trânsito, que se move entre os espaços e acompanha o sempre movimento do mundo, que não tenha na verdade e no real os seus referenciais, nem se perca na indiferenciação sedutora da realidade construída estritamente no discurso; um sujeito que busca no encontro com o *outro* o que Márcio Tavares chama de comunicação como *comoção*. Um sujeito que pense a interação, na construção da narrativa, não como um processo de representação do *outro*, mas como espaço de inscrição desse *outro* na dinâmica da ação comum, na qual a mútua-afetação da relação passa a ser fundante. Talvez seja esse mais um ponto de partida para reflexão e essa é a graça da pesquisa: um constante não-esgotar do fenômeno investigado que nos envolve também em movimento.

### Apontamentos finais

Pensar a comunicação no terreno da prática e da ação comum nos permite perceber como *um* e *outro* estão mutuamente implicados na interação. De que modo essa compreensão do processo comunicativo pode lançar luz sobre a problemática da alteridade?

Ainda que consideremos haver uma matriz de pensamento, lógicas de significação e práticas culturais que regem nossa relação com as diferenças – fazendo imperar uma sucessão de barreiras à inclusão/respeito ao diferente, conduzindo nossas ações por caminhos de extremismo e exclusão, impedindo o próprio (re)conhecimento do *outro* – há que lembrarmos que é a comunicação o lugar de encontro e constituição dos sujeitos e das multiplicidades. São, pois, os entremeios dos processos de interação os capazes de unir *uns* e *outros* na tessitura da pluralidade da vida social.

### Referências

- AMARAL, M. T. D'. Sujeito, recepção e ética na comunicação. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; FAUSTO NETTO, Antônio (org.) **Comunicação e Cultura Contemporâneas**. Rio de Janeiro, Editora Notrya: 1993. p. 74-80.
- AMBROSIO, Ubiratan d'. **Transdisciplinaridade**. São Paulo: Palas Athena, 1997. 174p.

- BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: **Magia e Técnica, arte e política**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- BRAGA, J.L. [et al]. **Campo da comunicação**. João Pessoa: UFPB, 2001.
- DETIENNE, Marcel. **Os mestres da verdade na Grécia arcaica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988. 284 p.
- FRANÇA, V. Interações comunicativas: a matriz conceitual de G.H.Mead. In: PRIMO, Alex [et al]. **Comunicação e interações**. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 71-91.
- GAMBINI, R. **Espelho índio. A formação da alma brasileira**. São Paulo: Axis Mundi: Terceiro Nome, 2000. 192p.
- GUERRA, Josenildo Luiz. O contrato fiduciário entre o jornal e o público. Paradoxos da crítica à objetividade. **Revista Comunicação e Política**. Rio de Janeiro, v. 5, n 1, p. 197-214, 1998.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Formação do educador sob uma ótica transdisciplinar. **Revista ABC Educatio**. (UFBA), v. 04, n. 29, nov/2003. Online disponível na internet via: [http://www.luckesi.com.br/artigos\\_abc\\_educatio.htm](http://www.luckesi.com.br/artigos_abc_educatio.htm).
- MAIA, Marta. A História Oral como recurso metodológico na entrevista jornalística **Contracampo** (UFF), v. 18, p. 137-150, 2006. Online disponível na internet via: [http://www.martamaia.pro.br/pesquisas\\_historal.asp#topo](http://www.martamaia.pro.br/pesquisas_historal.asp#topo). Arquivo consultado em 12/07/2009.
- MEAD, G. H. **Mind Self and Society. from the Standpoint of a Social Behaviorist**. Chicago: University of Chicago, 1934. Online disponível na internet via: [http://www.brocku.ca/MeadProject/Mead/pubs2/mindself/Mead\\_1934\\_toc.html](http://www.brocku.ca/MeadProject/Mead/pubs2/mindself/Mead_1934_toc.html)
- MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista, um diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2002. 96 p.
- MORIN, Edgar. A entrevista nas Ciências Sociais, na rádio e na televisão. In: MOLES, Abraham. **Linguagem da cultura de massa**. Petrópolis: Vozes, 1973. 177 p.
- QUÉRÉ, L. D'un modèle épistemologique de La communication à un modèle praxéologique. **Réseaux**, n. 46/47. Paris: Tekhné, mars-avril, p. 69-90, 1991. (consultada versão traduzida).
- RESENDE, Fernando. **O olhar às avessas - a lógica do texto jornalístico**. São Paulo: Tese de Doutorado (ECA – USP), 2002. 211 p.
- ROSSET, Clément. **O real e seu duplo**. Porto Alegre: L&M, 1999. 110p.
- SANTIAGO, Silviano. O Narrador pós-moderno. **Nas malhas da letra. Ensaios**. Companhia das Letras, 1989. p. 38-52.

- 
- SIMAS, Ana Carolina Beer Figueira. **Comunicação e diferença na perspectiva transdisciplinar**. 2005. Trabalho apresentado ao 2. Congresso Mundial de Transdisciplinaridade, Vila Velha, 2005.
- TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 387 p.
- VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 504 p.
- VOLCKMAN, Russ. **Transdisciplinarity: Basarab Nicolescu talks with Russ Volckman**. (Integral Review). v. 4, pp 73-90. Online available via: [http://integralreview.org/back\\_issues/documents/Volckmann,%20Nicolescu%20Interview%20on%20Transdisciplinarity%204,%202007.pdf](http://integralreview.org/back_issues/documents/Volckmann,%20Nicolescu%20Interview%20on%20Transdisciplinarity%204,%202007.pdf)